

Sindsep/MA realiza nesta quarta (18), Assembleia Geral para eleição de delegadas e delegados à 17ª Plenária Estadual da CUT/MA

O Sindsep/MA realizará nesta quarta-feira, 18, Assembleia Geral para eleição de delegadas e delegados à 17ª Plenária Estadual da CUT/MA. A assembleia acontecerá de forma híbrida; presencialmente no auditório do Sindsep, no Monte Castelo e de forma remota pelo link meet.google.com/apn-aapv-dwv?pli=1.

Para o secretário de Saúde do Trabalhador e da Trabalhadora da CUT /MA e vice-presidente do Sindsep, Raimundo Pereira, será muito importante a participação dos filiados que para além de eleger os delegados e delegadas, devem debater sobre a pauta que será tratada na 17ª Plenária Estadual que acontecerá nos dias 15,16 e 17 de agosto na colônia de férias dos ferroviários, no Araçagy.

“Esse é um momento de discutir e deliberar sobre a pauta dos trabalhadores para levar-



mos à 17ª Plenária Nacional - João Batista Gomes (Joãozinho) que acontecerá nos dias 14 a 16 de outubro de 2025, evento que reunirá dirigentes sindicais cutistas de todo o Brasil para organizar a estratégia da Central diante do atual contexto de luta da classe trabalhadora”, afirmou Raimundo Pereira.

Para a Plenária Estadual, o Sindsep terá direito a uma bancada de 26 delegados(as), sendo 6 natos (diretores da CUT Estadual) e 20 a serem eleitos(as) e é muito importante que o sindicato leve sua bancada completa para que possa eleger delegados(as) à Plenária Nacional.

ELEIÇÕES PARA
DELEGADO SINDICAL



FIQUE ATENTO A ASSEMBLEIA NO SEU LOCAL DE TRABALHO.

VOCÊ É FUNDAMENTAL NESSA CORRENTE!

AVISO



Informamos aos nossos filiados, colaboradores e sociedade em geral que, nos dias 19 e 20/06, feriado de Corpus Christi e ponto facultativo para Estado e Município, respectivamente, a entidade não realizará expediente.

Retornando às suas atividades normais na segunda-feira (23).

A DIREÇÃO



Saiba o que é isenção fiscal que custa R\$ 860 bi em impostos que ricos não pagam

“Vocês sabem quanto nós gastamos com rico? Vocês sabem quantos bilhões a gente dá em isenção para os ricos desse país, que não pagam imposto? R\$ 860 bilhões. É quatro vezes o Bolsa Família. Agora, o que a gente dá para eles é investimento, o que dá para vocês é gasto. Ou seja, parece que há uma sina desgraçada nesse país que pobre tem de nascer pobre e morrer pobre. Aí, você vê os empresários brigando, os banqueiros. Esse governo tá gastando demais, esse governo dá Bolsa Família demais, esse governo dá benefício previdência demais, esse governo dá pé de meia demais, esse governo gasta muito com pobre e vai por aí a fora”, disse o presidente Lula ao criticar os que defendem cortar investimentos dos benefícios sociais para que o país faça o ajuste fiscal de suas contas públicas.

Para ajustar as contas públicas o governo federal anunciou o aumento da cobrança do Imposto sobre Operações Financeiras (IOF) e a taxa de títulos como as Letras de Crédito do Agronegócio (LCA), entre outras medidas. O ministro da Fazenda Fernando Haddad defendeu esse tipo de tributação na audiência com deputados e deu exemplos: a isenção das LCAs e das Letras de Crédito Imobiliário (LCI), que financiam o setor imobiliário, custam R\$ 41 bilhões por ano ao governo.

Segundo o ministro os valores da isenção correspondem a três programas Farmácia Popular, mais do que o Programa de Aceleração do Crescimento (PAC) e é maior do que valor destinado ao seguro desemprego inteiro. Enquanto isso, a proposta do presidente Lula de isentar de imposto de renda quem tem renda até R\$ 5 mil mensais continua sendo

“analisada” pelo relator Arthur Lira (PL), sem previsão de entrar na pauta de votação do Congresso Nacional.

Mas afinal para que serve a isenção fiscal?

A isenção ou renúncia fiscal permite que alguns setores fiquem isentos, ou paguem menos impostos por um determinado período, mas em contrapartida devem produzir benefícios para a região escolhida, gerando empregos, tecnologia e atraindo outros investimentos para fomentar a economia de modo que atraia um volume de benefícios maior à perda de arrecadação. Mas isso nem sempre ocorre, analisa a diretora-técnica do Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos (Dieese), Adriana Marcolino.

Outra crítica que a diretora-técnica do Dieese faz sobre a isenção fiscal é a de que ela afeta diretamente a Previdência Social.

Segundo o Tribunal de Contas da União (TCU) as isenções sobre PIS/Cofins e a Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL), a renúncia fiscal tirou dos cofres da previdência R\$ 274 bilhões em 2023. Esses tributos, mais as contribuições de empresas e trabalhadores ao Instituto Nacional do Seguro Social (INSS), são as fontes de receita mais significativas para a Seguridade Social.

O custo das isenções fiscais

O orçamento da União de 2025 projeta uma renúncia de R\$ 544,47 bilhões, representando cerca de 4,4% do Produto Interno Bruto, de acordo com a Receita Federal. No entanto, há quem defenda que esse valor está subestimado e que a renúncia real pode ser ainda maior, chegando a R\$ 800 bilhões ou mais, segundo o Valor Econômico.

O ministro da Fazenda Fernan-

do Haddad (PT) afirmou na última quarta-feira (11) que o agronegócio brasileiro recebe isenções de cerca de R\$ 158 bilhões por ano. Segundo ele, o setor tem crescido no país, em parte, por ser patrocinado pelo governo.

A Associação Nacional dos Auditores Fiscais da Receita Federal do Brasil (Unafisco), que ainda atualizará seus dados para 2025, apontou em junho do ano passado que a renúncia fiscal da União em 2024 poderia chegar a quase R\$ 790 bilhões. No estudo esse valor inclui todas as isenções, anistias, remissões, subsídios e benefícios de natureza financeira, tributária e creditícia, conforme os dados do Demonstrativo dos Gastos Tributários (DGT) da União.

Propostas do Congresso que impactam as contas públicas

Há ainda outras duas propostas que vem sendo defendida pelo presidente da Câmara Hugo Motta (Republicanos-PB): o direito a que parlamentares possam acumular aposentadoria de ex-deputados federais com o salário de qualquer mandato eletivo, seja no Congresso, nas assembleias legislativas, nas câmaras municipais ou no Executivo.

A segunda proposta, de autoria da deputada Dani Cunha (União-RJ), já aprovada na Câmara dos Deputados no início de maio, aumenta de 513 para 531 o número de vagas na Casa. O texto mantém o tamanho das bancadas que perderiam representantes. Essa proposta precisa ser aprovada pelo Senado e, que pode ser votada nesta terça-feira (17) se for aprovado o regime de urgência, quando um projeto não precisa passar por discussões nas comissões do Congresso Nacional.

Fonte: Cut.org.br